



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8163

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votados ou não tramitados

**Autoria:** Rita Cristina Vieira

**Data:** 03/08/2010

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 78/2010. (NÃO VOTADO). Dispõe que, todas as maternidades do município de Montes Claros, disponibilizem pulseiras antissequestro para recém-nascidos, e fixa outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.6

**Posição:** 29

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Não votado  
Cx: 26.6  
Ordem: 29  
nº fls: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 78/2010

AUTOR:

Ver. Rita Cristina Souza Vieira.

ASSUNTO:

Dispõe que Todas as Maternidades no Município de Montes Claros  
Disponibilizem Pulseiras Anti Sequestro para os Recém Nascidos, e Fixa Outras  
Providências.

Entrada em 03/08/2010 MOVIMENTO  
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Vereadora Rita Vieira

Projeto de Lei n.º 78 2.010.

*Dispõe que todas as maternidades no Município de Montes Claros disponibilizem pulseiras antissequestro para os recém-nascidos, e fixa outras providências.*

*A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei;*

**Artigo 1º** - As maternidades dos hospitais públicos e privados do Município de Montes Claros ficam obrigadas a disponibilizarem pulseiras antissequestro para os recém-nascidos e crianças internadas.

**Artigo 2º** - A pulseira terá um sensor de alarme e será fixada com um dispositivo onde será colocado nos pulsos da criança recém-nascida ou de qualquer outra criança que estiver internada.

Parágrafo único – Nas portas de entrada e saída dos hospitais deverá conter dispositivos que acionem o alarme, caso alguém saia com a pulseira no braço.

**Artigo 3º** - A pulseira somente poderá ser desativada por funcionário autorizado da maternidade.


**Artigo 4º** - A falta de cumprimento das disposições contidas nesta lei, sujeitará à parte infratora as penalidades a serem definidas em regulamento.

**Artigo 5º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

**Artigo 6º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

**Artigo 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. .

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de agosto de 2010.

  
RITA VIEIRA  
Vice Presidente Vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
02/08/2010	
HORA: 10:15h	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES CLARAS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
C JUSTIÇA  
EM 03 DE A GOITO DE 2010  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 078/2010 que “Dispõe que todas as maternidades do Município de Montes Claros, disponibilizem pulseiras antissequestro para os recém-nascidos, e fixa outras providências”, de autoria da Vereadora Rita Vieira.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade tornar obrigatório que as maternidades dos hospitais públicos e privados disponibilizem “pulseiras antissequestro” para os recém nascidos.

Ao determinar que a obrigatoriedade da pulseira em questão seja estendida para as maternidades públicas, o projeto em questão cria despesas e funções para outros órgãos e entes inclusive de outras esferas de Poder, como o Estadual, o que , ao nosso sentir, fere o princípio da independência dos poderes.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, além da legislação municipal, pelo que é o mesmo Inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de agosto de 2010.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 78/2010**

**AU TOR: Vereadora Rita Cristina de Souza Vieira**

**MAT ÉRIA: Dispõe que Todas as Maternidades no Município de Montes Claros Disponibilizem Pulseiras Anti Sequestro para os Recém Nascidos, e Fixa Outras Providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/08/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 12/08/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo obrigar as maternidades de hospitais públicos e privados a disponibilizarem pulseiras antissequestro para os recém nascidos e crianças internadas.

Nos termos do parecer da Assessoria Legislativa, ao determinar que a obrigatoriedade da pulseira em questão seja estendida para as maternidades públicas, o projeto em questão cria despesas e funções para outros órgão e entes inclusive de outras esferas de Poder, como o Estadual, ferindo desta forma o princípio da independência dos poderes. Sendo assim considera o projeto de lei inconstitucional.

**III – CONCLUSÃO**

Assim sendo, esta Comissão acompanha o parecer da Assessoria Legislativa da Câmara Municipal, concluindo pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2010.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_

Vice- Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Mais: \_\_\_\_\_